DELIBERAÇÃO AC02 - G.ODJ - 57/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/11571/2014
PROTOCOLO	: 1522698
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO
RESPONSÁVEL	: SELSO LUIZ LOZANO RODRIGUES
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 90/2014
OBJETO DE LICITAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS PARA SEREM UTILIZADOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EMPRESAS ADJUDICADAS	: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA E OUTRAS.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

I – EMENTA

CONTRATAÇÃO PUBLICA. PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. APROVADO POR UNANIMIDADE.

II – RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 90/2014 (1ª fase), realizado pelo Município de Antônio João, por intermédio da secretaria municipal de saúde.

O objeto da licitação refere-se à aquisição de diversos medicamentos para serem utilizados na farmácia básica do município, por meio da secretaria municipal de saúde.

O certame foi adjudicado às empresas Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Dimensão Comércio de Artigos Médicos Hospitalares Ltda; Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Cirúrgica MS Ltda; Stock Comercial Hospitalar Ltda e Cirumed Comércio Ltda.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Análise ANA-4ª ICE n.15111/2014 (peça 16), manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR/MPC/DR.JOAOMJ n. 16077/2014 (peça 17), opinou pela legalidade e regularidade do Pregão Presencial n. 90/2014.

III – VOTO

Analisando os autos, verifica-se que os procedimentos para a realização da licitação foram examinados pela unidade técnica da 4ª ICE e estão em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002 e com a Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e **VOTO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 90/2014, realizado pelo Município de Antônio João, representado pelo Sr. Selso Luiz Lozano Rodrigues, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, (RITC/MS) aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma do art. 50 da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o art. 99 do (RITC/MS);

3. pela remessa dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para subsidiar a análise das contratações dele decorrentes.

IV – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do Excelentíssimo Conselheiro Iran Coelho das Neves, na 6ª Sessão Ordinária, de 28 de abril de 2015, na conformidade da ata de julgamentos n. 06, por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator; em declarar a **REGULARIDADE E LEGALIDADE** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 90/2014, realizado pelo Município de Antônio João, representado pelo Sr. Selso Luiz Lozano Rodrigues, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, (RITC/MS); pela **intimação** do resultado deste julgamento nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 c/c o art. 99 do (RITC/MS); pela remessa dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para subsidiar a análise das contratações dele decorrentes; DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez o uso da palavra; DECISÃO: Aprovado por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Presidente Senhor Iran Coelho das Neves; Excelentíssima Conselheira Senhora Marisa Joaquina Monteiro Serrano; Excelentíssimo Procurador de Contas Senhor João Antônio de Oliveira Martins Júnior, representante do Ministério Público de Contas; e o Excelentíssimo Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, relator.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2016

OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Conselheiro Relator

tabd